
A aproximação das Relações Públicas com o Pensamento Computacional¹

Bruno César SILVA²

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, RS

Resumo

Este ensaio é de caráter provocativo à medida que tensiona as Relações Públicas ao Pensamento Computacional, apoiado pelas estratégias metodológicas da pesquisa bibliográfica e documental. No decorrer do ensaio são apresentados tópicos que interseccionam-se no campo das Relações Públicas, o Pensamento Computacional e o Ensino em Relações Públicas, possibilitando algumas reflexões. Ao final os encaminhamentos não ocorrem de forma conclusiva, possibilitando a discussão acadêmica da temática junto a comunidade científica de Relações Públicas.

Palavras-chave: Relações Públicas; Pensamento Computacional; Ensino.

Introdução

O avanço tecnológico e seus impactos têm oportunizado a revisão das práticas de diferentes profissões. Para as Relações Públicas o impacto pode ser visualizado na ampliação das possibilidades de relacionamentos no sistema organização-públicos, que atualmente também acontecem na dimensão digital. Boarini (2016, p.316) defende que é “necessário um diálogo com as tecnologias digitais, a fim de identificar e entender os novos padrões da comunicação mediada”.

É através deste diálogo que as Relações Públicas podem apropriar-se dos aparatos tecnológicos já desenvolvidos ou em desenvolvimento, interseccionando com os instrumentos utilizados por seus profissionais no dia a dia. Na visão de Vergili (2014), o resultado dessa apropriação é “uma cultura em que os objetos e as máquinas significariam menos obstáculos” em que a dimensão digital passar a ser considerada.

Brackmann (2017) sinaliza que é difícil negar a presença das características mediatizadas em nossa sociedade e que torna-se necessário tanto às profissões quanto aos profissionais observarem suas práticas, direcionando-as para o convívio harmônico

¹ Trabalho apresentado no GP de Relações Públicas e Comunicação Organizacional, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando em Comunicação na PUCRS, bacharel em Relações Públicas pela UniRitter, especialista em marketing digital e com MBA em Gestão Estratégica, Inovação e Conhecimento. Membro do Grupo de Pesquisa Ensino e Prática de Comunicação (GPEPCom). Atua como professor universitário em cursos de pós-graduação lato-sensu e é analista de comunicação no Sistema das Federações do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS). E-mail: contatodobrunocesar@gmail.com.

da tecnologia emergente com suas próprias tecnologias. Se há, conforme Simões (1995), a necessidade duma prática de Relações Públicas em que estejam indissociáveis os conhecimentos teóricos e práticos, então este ensaio apresenta uma possibilidade de aproximação entre o prático e o teórico, ao tensionar aspectos de teorias das Relações Públicas com as do Pensamento Computacional.

Não é possível afirmar quais serão as habilidades que a sociedade contemporânea exigirá das atuais e futuras gerações de relações-públicas, à medida que o mercado de comunicação se movimenta e a tecnologia proporciona constantes transformações. Entretanto, o Pensamento Computacional (PC) tem sido um tópico integralizado discutido por outras áreas e é a base para o desenvolvimento de diversas ferramentas que impactam diretamente o sistema organização-públicos.

Portanto, nos próximos tópicos são abordados aspectos referentes ao contexto mediatizado, às Relações Públicas, o Pensamento Computacional e a convergência com o ensino em RP. No final, são sinalizados breves encaminhamentos que possibilitam a continuidade da discussão em outros fóruns.

O contexto da sociedade contemporânea: o advento das TICs

A sociedade, historicamente, tem observado transformações. Impulsionadas pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), cada vez mais a presença de ferramentas digitais no nosso dia a dia pode ser percebida.

A popularização cada vez maior dos computadores e da internet no dia a dia de bilhões de pessoas em todo o mundo tem modificado as relações sociais de tal forma que não se pode mais entender a sociedade atual sem entender sua relação com as novas tecnologias da informação e comunicação (TIC's). (GERALDES, 2017, p.12)

Conforme alerta Geraldes (2017), o contato com a tecnologia não tem modificado apenas as relações interpessoais, mas também as organizacionais. Barrichelo et al (2013, p.131) acreditam que “o substrato das práticas de Relações Públicas ainda é o mesmo: a relação de uma entidade com seus públicos, porém, atualmente, é preciso considerar as possibilidades de interação trazidas pelos novos meios e ambiências”.

Tem sido comum ouvir pessoas afirmarem que “estão sem bateria”, ao se referirem à falta de energia em um aparelho eletrônico, como o celular. Porém, quem está sem bateria é o aparelho e o usuário dele, que no caso seríamos nós. O efeito híbrido entre o ser humano e a tecnologia, por vezes, faz com que estejam cada vez mais imperceptíveis os limites entre cada um.

Atualmente é difícil imaginar nosso cotidiano sem a utilização de tecnologia. [...] Os jovens contemporâneos nem mesmo imaginam que possam existir outras maneiras de realizar determinadas atividades sem o uso das técnicas modernas, pois já nasceram submersos em recursos tecnológicos. (SANTOS, 2016, p.1)

Mesmo que o acesso à internet no Brasil ainda seja recente se comparada a outros países, sua presença tem sido ampliada constantemente. Comercialmente, foi em 1995 quando os brasileiros adquiriram planos de navegação na internet e, desde então, tem sido “necessário um diálogo com as tecnologias digitais, a fim de identificar e entender os novos padrões de comunicação mediada” (BOARINI, 2016, p.314).

Para os jovens contemporâneos possivelmente seja difícil observar suas realidades distante do reflexo das telas que estão materializadas através de smartphones, computadores, tablets, videogames, televisores, relógios inteligentes e entre outros dispositivos. Geraldes (2017) complementa:

Esta geração já nasce imersa em tecnologia e começa a utilizar a tecnologia mesmo antes de aprender a falar. Crianças e jovens passam horas conectadas à internet, através de smartphones, tablets e videogames, realizando diversas tarefas ao mesmo tempo. Mas até que ponto esta forma de se utilizar a tecnologia é eficaz na resolução dos problemas atuais? Diante do panorama que o futuro reserva para a atual sociedade é preciso fomentar condições apropriadas para que as pessoas utilizem a tecnologia não apenas como usuários, mas como produtores e criadores de novas tecnologias. E é neste contexto que o conhecimento em computação pode ser difundido na educação. Se as crianças e jovens já acostumados a utilizar o computador, puderem se apropriar de seus fundamentos para resolver problemas do cotidiano, no futuro serão capazes de inventar novas formas de lidar com novos problemas que aparecerão. (GERALDES, 2017, p.73)

Segundo o portal TecMundo, empresas que há 05 anos eram referência em seus segmentos atualmente já não existem mais. E o inverso também é realidade. Diferentes

empresas que não existiam, hoje vem se destacando de forma positiva no cenário dos negócios. Este cenário tem, entre outras condições, uma relação direta com a tecnologia. Empresas, postos de trabalho, rotinas, cargos e atividades que em sua maioria não existiam já fazem parte de uma realidade digital e tecnológica, onde a internet é um recurso básico para o seu funcionamento.

Com o computador e a internet, o sujeito encurta a distância e o tempo para disseminar o seu modo de se expressar, pesquisar, acessar, pensar, decidir e executar atividades, o que resulta no aumento de sua produtividade. É evidente que o computador se tornou um parceiro indispensável para a resolução de problemas. (BRACKMANN, 2017, p.43)

A realidade é que enquanto sociedade contemporânea vivemos uma “efemeridade que também atinge o cenário comunicacional e, conseqüentemente, a comunicação que praticamos nas organizações e nos relacionamentos destas com seus públicos de interesse” (TERRA, 2015, p.208). Assim, ao discutir o campo das TICs e sua intersecção com o da Comunicação, ainda precisa ser considerada a questão abordada por Brackmann (2017), acerca da alfabetização e inclusão digital. Na visão do autor, as TICs devem ir além ao possibilitar que a participação nas diferentes etapas do que se consome digitalmente sejam compreendidas por todos seus usuários.

Diversos setores, como o bancário, de alimentação, de saúde, de comunicação, de administração e muitos outros têm utilizado os computadores na tentativa de tornarem mais produtivas suas jornadas diárias e mais próximas de seus públicos. Frequentemente, as tecnologias tem sido uma “parceira” para a resolução dos problemas, já que “tanto mediam a relação comunicacional como também servem de espaço de construção de novas significações, sentidos, conhecimentos e aprendizagens” (TORRES et al, 2012, p.9).

Desde o acesso a um computador até o processamento de uma transação comercial, a computação está presente no dia a dia tanto pessoal quanto profissional da maioria dos cidadãos, queiramos ou não. Na visão de Geraldles (2017, p.72) “em uma sociedade em constante mudança, a computação já mostrou ser capaz de auxiliar a humanidade a resolver problemas cada vez mais complexos”.

Torres et al (2012) e Geraldes (2017) corroboram, ao demonstrarem que a tecnologia pode auxiliar a sociedade, mas que ela não é a única solução para os problemas e desafios que a sociedade contemporânea enfrenta. Neste sentido vale ressaltar que a presença tecnológica em nosso cotidiano não anula o histórico de conquistas e tecnologias, ditas analógicas, já registradas pela humanidade. Além disso, se reforça o papel central do ser humano nas relações mediatizadas.

Não se trata de substituir o raciocínio humano pelo raciocínio mecânico e calculado do computador, mas utilizar-se de princípios fundamentais da computação para resolver problemas do cotidiano. (GERALDES, 2017, p.16)

Portanto, no contexto da sociedade contemporânea no que se refere a tecnologia e a profissão de Relações Públicas, não faz parte da agenda tecnológica a substituição de profissionais por máquinas. Por outro lado, é lançado o desafio de se ampliar o campo de trabalho das Relações Públicas a partir da tecnologia.

Na visão de Dreyer (2017), “o contexto das Relações Públicas contemporâneas está fortemente relacionado ao cenário digital [...] bem como as possibilidades de comunicação interativa que esse ambiente proporciona, ainda que não se restrinja a ele”. Contextualizado o cenário a partir do advento das TICs, o próximo tópico visa a ampliar a temáticas interseccionando as Relações Públicas com as Tecnologias da Informação e da Comunicação.

As Relações Públicas e a aproximação com as TICs

Para o recorte deste ensaio são tensionadas as dimensões teórica e prática da profissão de Relações Públicas, tendo como base a obra de Simões (1995). O autor entende que “discutir uma linguagem comum na área de Relações Públicas é uma necessidade urgente”, já que sua ausência vem impactando na forma como a sociedade interpreta as Relações Públicas. Por vezes, isto resulta na incorreta interpretação de quais sejam as atividades desenvolvidas pelos relações-públicas.

Um dos objetivos deste desafio científico é criar um código comum para a comunidade de Relações Públicas, facilitando o processo ensino-aprendizagem e colocando o conhecimento e a prática profissional em seu real *status* científico-tecnológico. (SIMÕES, 1995, p.17)

Mesmo tendo sido desenvolvida no mesmo ano em que a internet é lançada no país e não conte com os impactos deste novo recurso que amplia o campo das tecnologias, a visão de Simões (1995) permanece atualizada. Se antes era necessário o estabelecimento de um código comum à área, agora a necessidade é fugaz e ele precisa estar adequado às ambiências digitais. Stasiak e Barichello (2008) acreditam que a atividade de Relações Públicas se torna mais complexa através dos ambientes digitais, o que não significa que RP passe a ser digital e que todo o campo deva ser reconsiderado.

Mesmo que essas competências sejam mais ou menos diferentes das tradicionais, isso não significa que as antigas competências específicas do programa de estudos devam ser abandonadas ou deixadas para deteriorar-se. Ao contrário, as competências específicas do campo de estudo constituem a base essencial para a especialização profissional, para a qual as competências de inovação trazem valor acrescentado, tornando a experiência profissional competitiva, bem-sucedida e duradoura no mundo atual e futuro. (KONST; KAIRSITO-MERTANEN; 2019, p. 37)

A aproximação das Relações Públicas com as TICs sugere que o conhecimento não decorre de uma única fonte, mas é resultado da sinergia criativa de profissionais com desenvolvimento teórico e que, ao mesmo tempo, consigam aplicar no seu dia a dia social, através de uma lógica mercadológica. A riqueza está exatamente na troca entre “as práticas de Relações Públicas com o apoio da tecnologia” (VERGILI, 2014).

O novo conhecimento não está disponível em um sistema de busca. Ele está para ser descoberto por mentes criativas que estão em simbiose cognitiva com as máquinas, transformando teorias e hipóteses em modelos e programas de computador. A nova ciência não está sendo feita em laboratórios, cheios de tubos de ensaio, mas em frente a um computador. (GERALDES, 2017, p.35)

Por isto, com base em Simões (1995) reafirma-se que a compreensão das Relações Públicas passe pela soma dos conhecimentos práticos com os científicos. Academia e mercado devem estar continuamente em diálogo, sensibilizados cada dia mais pela tecnologia. “A educação deve capacitar os alunos a administrarem, em um mundo onde continuamente precisarão se adaptar a novos métodos de trabalho, novas tecnologias e novos modelos de negócios. (KONST; KAIRSITO-MERTANEN; 2019, p. 12).

Se a necessidade do mercado de trabalho tem sido demonstrada pela busca de profissionais criativos e com capacidades e habilidades inovadoras, cabe às Relações Públicas observarem, as inovações, conceitos, tecnologias e habilidades que por mais que estejam aquém das definições conceituais da atividade, tem impactado direta ou indiretamente em suas práticas. Vergili (2014) sinaliza que “ao utilizar conceitos específicos de outros segmentos, o relações-públicas poderá criar planejamentos coesos e melhorar o relacionamento entre indivíduos e empresas até mesmo no ambiente web”. O autor (2014) ainda complementa, “a transdisciplinaridade e o Pensamento Computacional são abordados como elementos facilitadores para superar obstáculos encontrados por profissionais de RP diretamente envolvidos com tecnologia”.

Embora ainda estejam incipientes suas pesquisas, o Pensamento Computacional já é realidade em boa parte do ensino básico brasileiro e mundial e, segundo a Base Nacional Comum Curricular, deve estar integralizado a toda rede de ensino até o ano de 2022. Portanto, ao considerar que em alguns anos estes alunos que atualmente cursam o ensino básico estarão nas salas de aula de graduação Relações Públicas, a aproximação do PC às RPs é uma oportunidade de ampliação do campo profissional e de discussão de suas teorias para este contexto contemporâneo

O Pensamento Computacional

Para França et al (2014, p.1507), o Pensamento Computacional é “saber usar o computador como um instrumento de aumento do poder cognitivo e operacional humano”. Já Brackmann o defende como

uma distinta capacidade criativa, crítica e estratégica humana de saber utilizar os fundamentos da Computação, nas mais diversas áreas do conhecimento, com a finalidade de identificar e resolver problemas, de maneira individual ou colaborativa, através de passos claros, de tal forma que uma pessoa ou uma máquina possam executá-los eficazmente. (BRACKMANN, 2017, p.29)

Aproximando do campo das Relações Públicas, um dos primeiros autores a abordar a temática é Vergili (2014). Para ele, “o Pensamento Computacional engloba a ideia de antecipar, prevenir, proteger, recuperar e acelerar cenários que auxiliam a compreensão do comportamento humano” e, como as Relações Públicas lidam com o

comportamento humano, a aproximação das áreas de conhecimento pode ser válida.

Por isto, amparado nestes três autores que apresentam suas definições para o PC, sintetiza-se que o Pensamento Computacional é a utilização das tecnologias inerentes ao pensar computacionalmente, que em convergência com outras áreas do conhecimento, visam a facilitar a resolução de problemas. Brackmann (2017, p.29) complementa que o PC “desenvolve e emprega estratégias para entender e resolver problemas de forma a aproveitar o poder dos métodos tecnológicos para desenvolver e testar soluções”.

Através da ótica do Pensamento Computacional, ser um profissional atuante no contexto de uma sociedade contemporânea e conectada, não é apenas utilizar o computador ou navegar pela internet. É preciso ir além, compreendendo o funcionamento das estruturas digitais e, a partir desta visão, propor soluções para os problemas atuais ou até mesmo futuros. Trata-se de não ser um agente passivo que opera um instrumento através de uma conexão (computador e internet, por exemplo), mas sim de um profissional crítico que ao observar conflitos da natureza que forem, é capaz de demonstrar caminhos também contemporâneos para a resolução, amparado pelo uso tecnológico quando necessário.

O Pensamento Computacional está muito mais interessado em desenvolver competências matemáticas e de raciocínio lógico do que, necessariamente, de programação. Por isto, divide-se em Pensamento Computacional plugado - dito daquele que utiliza recursos ligados à internet - e Pensamento Computacional Desplugado - que utilizam de outras estratégias e recursos.

Assim como para as Relações Públicas, em que a iminência do conflito no sistema organização-públicos é o que ativa a necessidade do relacionamento, o problema - seja ele qual for - é o que desencadeia o processo do pensar computacionalmente. Do ponto de vista estrutural, o Pensamento Computacional é ainda dividido em quatro etapas, onde o problema é observado nível a nível.

O Pensamento Computacional envolve identificar um problema complexo e quebrá-lo em pedaços menores e mais fáceis de gerenciar (DECOMPOSIÇÃO). Cada um desses problemas menores pode ser analisado individualmente com maior profundidade, identificando problemas parecidos que já foram solucionados anteriormente (RECONHECIMENTO DE PADRÕES), focando apenas nos detalhes que são importantes, enquanto informações irrelevantes são ignoradas (ABSTRAÇÃO). Por último, passos ou regras simples podem ser

criados para resolver cada um dos subproblemas encontrados (ALGORITMOS). (BRACKMANN, 2017, p.33)

Visualizado, mesmo que de forma breve, a definição e a operacionalização do Pensamento Computacional, a proposta deste ensaio não é que os profissionais de Relações Públicas tornem-se programadores ou desenvolvedores de sistemas, mas sim que estejam sensibilizados à lógica utilizada na maioria dos projetos que envolvem as TICs. Por isto, uma das possibilidades de convergência de RP com o Pensamento Computacional está no desenvolvimento de instrumentos de apoio ao dia a dia profissional, diminuindo o tempo de operações manuais realizadas pelo relações-públicas ao transferir determinadas ações para a execução automatizada a partir de instruções geradas por um algoritmo.

Através da automatização de algumas atividades, possivelmente a carga horária disponível para os profissionais desenvolverem pesquisa, planejamento e o monitoramento das ações comunicacionais se amplia, já que a execução destas atividades passa a ser supervisionada pelo profissional, oportunizando ainda mais seu papel enquanto gestor estratégico da Comunicação. Dito isto, o que reafirma-se é a necessidade de integração do profissional às tecnologias e não a sua substituição.

Em uma sociedade, onde o computador e a internet se tornam cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas, é preciso rever e ampliar as habilidades e competências necessárias para o cidadão do século XXI. Segundo pesquisa realizada pelo National Resources Council, uma das práticas para o desenvolvimento de novas competências para o século XXI é o PC. (GERALDES, 2017, p.33)

Portanto, para que o PC possa apoiar o profissional de Relações Públicas e ampliar o campo profissional da área, é relevante que a academia esteja ciente destas discussões levantadas pelas TICs para que se reflita quais conteúdos, técnicas e estratégias têm sido utilizadas na formação profissional em relação aos aspectos digitais. Assim, no próximo tópico são apresentadas contribuições acerca do ensino e formação em Relações Públicas e o Pensamento Computacional.

O ensino em Relações Públicas e o Pensamento Computacional

Na visão de Tavares (2018) os saberes tornam-se cada vez mais transversais, ainda mais quando se observa a área de Relações Públicas que tem por base as relações sociais. Neste ponto, partimos do pressuposto da proximidade entre o ensino e prática, aspecto defendido por Simões (1995) e reiterado por Moura (2002, p.15), quando afirma que “fica evidente que o ensino tem um papel relevante na qualificação do futuro profissional”.

Simões (1995, p.196) entende que “qualquer instituição tem de ter um impacto na sociedade a fim de cumprir sua missão” e, ao se observar a educação, a função de uma instituição de ensino é a de preparar, técnica e teoricamente, os profissionais para atuarem de forma ética após a conclusão desta etapa de estudos. O autor continua

O profissional de Relações Públicas é um administrador de uma função organizacional e para tanto deve estar formado em conhecimentos teóricos e habilitado no exercício da prática, segundo um referencial orientador que lhe encurte caminhos na busca de tal qualificação. (SIMÕES, 1995, p.227)

Simões (1995) afirma que a base de conhecimento das Relações Públicas está edificada sobre o ensino prático e teórico, em que ambos coexistem de forma colaborativa. “A prática é extremamente necessária para a confirmação da teoria e para a formação do acervo histórico que facilitará o trabalho profissional” (SIMÕES, 1995, p.30). Para ele, sem teoria não há prática e vice-versa.

A teoria é útil. Na prática profissional permite realizar o diagnóstico da situação. A inexistência de uma teoria impede o exame de sintomas, pois não há critérios anteriores de referências que definem os limites. (SIMÕES, 1995, p.28).

Moura (2002, p.175) destaca que “em Relações Públicas o ensino não corresponde às necessidades do mercado na medida em que falta um embasamento conceitual para o seu exercício profissional”. É possível aproximar as afirmativas de Moura (2002) as de Simões (1995) à medida em que

A comunidade de professores de Relações Públicas (inclua-se, também, os demais professores agregados de outros departamentos e institutos) não possui ainda explicitado um referencial teórico com um mínimo de consistência que permita o ensino da teoria e da tecnologia da atividade de ensino de terceiro grau de maneira coerente e sinérgica no âmbito de um curso, muito menos de diversas faculdades de uma região, de um estado, de um país e, sem medo de errar, do mundo. (SIMÕES, 1995, p.32)

Ao citar a pesquisa realizada por Ferrari³, Grohs (2017) afirma que “entre os professores dos cursos de Relações Públicas pesquisados, a estratégia de ensino-aprendizagem mais conhecida e utilizada ainda era a aula expositiva”. O alerta da autora (2017) não é sobre a continuidade ou não da aplicação metodológica, mas sim que a estratégia expositiva é a que promove o menor nível de engajamento dos estudantes, contribuindo de forma parcial ao desenvolvimento de habilidades mais complexas, já que pouco estimula a troca. O que Grohs (2017) reforça é o que Simões (1995) e Moura (2002) já abordavam: o ensino e a prática ainda precisam estreitar laços com o contexto social (e conforme visto anteriormente ele é digital).

Como proposta de adequação as necessidades da sociedade contemporânea, em 2013 o Ministério da Educação, através do Conselho Nacional de Educação, instituiu a Resolução nº 2, de 27 de setembro, que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas. As DCNs mantêm explícita a relação teórico-prática que embasa a formação profissional.

O projeto pedagógico deverá demonstrar claramente como o conjunto das atividades acadêmicas previstas garantirá o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas, tendo em vista o perfil desejado, e garantindo a coexistência de relações entre teoria e prática, como forma de fortalecer o conjunto dos elementos fundamentais para a capacidade do egresso de propor formas inovadoras de atuação no mercado de trabalho. (BRASIL, 2013, p.3).

Enquanto que em relação as competências esperadas do profissional de Relações Públicas, o texto das DCNs apresenta:

³ FERRARI, Maria Aparecida. Perfil dos cursos de Relações Públicas no Brasil: uma visão dos coordenadores e docentes do processo ensino-aprendizagem. Tese (livre-docência). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 2017.

O egresso do curso de Relações Públicas deve ser profissional ético, humanista, crítico e reflexivo, com as seguintes características pessoais: I - capacidade acurada de análise conjuntural, de forma que se lide quantitativa e qualitativamente com dados estatísticos, econômicos e sociais, transformando-os em indicadores para a elaboração de políticas de comunicação; II - percepção das dinâmicas socioculturais, tendo em vista interpretar as demandas dos diversos tipos de organizações e dos públicos; III - compreensão das problemáticas contemporâneas, decorrentes da globalização, das tecnologias de informação e da comunicação e do desenvolvimento sustentável necessária ao planejamento de relações públicas; IV - entendimento do campo técnico-científico da comunicação, capaz de estabelecer visão sistêmica das políticas e estratégias de relacionamentos públicos; V - capacidade de liderança, negociação, tomada de decisão e visão empreendedora (BRASIL, 2013, p. 2).

Anterior às DCNs (2013), Simões (1995, p.229) apresenta nove pontos que, em sua visão, são esperados de um relações-públicas.

O exercício das funções prescritas para o papel do profissional requer que o mesmo se qualifique, no decorrer do tempo, através de cursos e da vivência profissional para:

- 1) conhecer a teoria de Relações Públicas e as noções básicas das ciências sociais, com atenção especial para política, administração e comunicação;
- 2) conhecer a metodologia da pesquisa pura e aplicada e saber realizá-la;
- 3) conhecer as técnicas de comunicação social, executar algumas e atualizar-se quanto às inovações;
- 4) diagnosticar e prognosticar com precisão sobre a relação organização-público;
- 5) criar alternativas estratégicas e técnicas para evitar e solucionar problemas de sua área;
- 6) negociar sua decisão e pareceres com as lideranças organizacionais e pares;
- 7) exercer as funções administrativas que lhe cabem, a fim de gerenciar sua área;
- 8) decidir quanto às alternativas para evitar ou solucionar problemas de sua área;
- 9) ter conduta ética.

Estes nove pontos, com toda a certeza não explicitam todas as perspectivas que se pode ter do perfil de um profissional e tampouco delineiam todos os aspectos a serem introjetados em uma personalidade a fim de que a mesma seja possuidora de talento e obtenha êxito na profissão.

Tensionando Simões (1995) às DCNs, percebem-se pontos de conexão. Entre diferentes pontos convergentes, um deles encontra-se quando o autor (1995, p.230) destaca que dos profissionais “se espera que estejam instrumentados para suas responsabilidades, através da prática, por breve que seja, de todas as funções que possam vir a exercer um dia”. A análise preditiva sobre aquilo que impactará o campo

profissional nos anos que virão é um desafio e diante dele, o item III das DCNs aborda esta característica de forma ampliada, quando destaca as problemáticas contemporâneas.

O que Simões, em 1995, já destacava é quanto a necessidade de “conhecer as técnicas de comunicação social, executar algumas e atualizar-se quanto às inovações”. Com base no autor e contextualizada às condições atuais da sociedade, o que se encaminha é que “a prática, na sociedade, só se altera quando a formação proporciona a convergência de novos saberes, aliados aos tensionamentos das Diretrizes Curriculares Nacionais” (TAVARES, 2018, p.83).

À medida que o ensino não perceber a oportunidade do diálogo com outras ciências, absorvendo delas os pontos que podem contribuir com o processo formativo, continuaremos enquanto área a discutir o mercado oculto das Relações Públicas.

Em inúmeras ocasiões escutam-se lamentações de membros da comunidade de Relações Públicas, em especial, de alunos, de que inexistente mercado de trabalho para profissionais dessa área. Se há, não caracteriza exatamente a proposta pela descrição do cargo divulgado pelo Conselho Profissional da categoria e de uma soma de livros didáticos [...] A percepção, defendida por alguns, de que o mercado empresarial não enxerga ou valoriza a profissão, não encontra respaldo na medida em que verificamos que os mesmos existem, contudo com diversas identificações e nomenclaturas. Ademais, podemos dizer que, dentre as tantas áreas de atuação da Comunicação, Relações Públicas configura-se como a mais abrangente e estratégica [...] Os espaços existem. Convém preparo para preenchê-los, evitando uma visão míope nesse vasto campo de atuação, ficando atentos às oportunidades oferecidas quando se trata da comunicação e de tudo aquilo que cerca essas novas faces do mercado e, principalmente, de relacionamentos. (DORNELLES; SIMÕES, 2012, p.28)

Por fim, no próximo tópico são apresentadas considerações preliminares, que podem promover discussões profissionais e científicas na área de Relações Públicas, para que consigamos ir além desse tal mercado oculto de RP.

Convergências e considerações preliminares

Ao aproximar o Pensamento Computacional às Relações Públicas algumas convergências preliminares são possíveis. Mesmo que as tecnologias tenham ampliado seu espaço na sociedade contemporânea e que o Pensamento Computacional represente intersecções entre diferentes áreas do conhecimento, existem profissionais que não estão

habituaados às linguagens provenientes das TICs no seu agir profissional. Como poderíamos, enquanto área, apoiar na inclusão destes profissionais aos ambientes digitais?

Ainda no aspecto de mercado de trabalho, como os profissionais de Relações Públicas tem agido diante de uma quantidade cada vez maior de dados no que se refere ao tratamento destes? Será que algumas das ações realizadas pelos profissionais não poderiam ser repassadas à lógica do Pensamento Computacional Plugado com o desenvolvimento de microssistemas, até mesmo em formatos mais habituais, como planilhas de Excel, mas que automatizassem boa parte dos processos?

Como tem ocorrido a sensibilização de nossos pesquisadores quanto a temáticas emergentes de um contexto social digitalizado e as consequências às Relações Públicas? Como atenderemos as DCNs se enquanto proposta pedagógica ainda observamos que os recursos utilizados pelos professores pouco dialogam com as tecnologias?

Por fim, a aproximação das Relações Públicas com o Pensamento Computacional ao mesmo tempo que demonstra possibilidades de contribuição e integração, tem antes um aspecto de formação, que passa pelo ensino e, então, chega ao mercado. A crítica final não é quanto ao diálogo que a área de Relações Públicas tem demonstrado com outras ciências, mas sim sobre as limitações que podem gerar impactos ao futuro da profissão, seja pela ampliação do campo profissional ou na formação de profissionais críticos quanto ao uso da tecnologia e humanos ao lidarem com os relacionamentos.

Por mais que as conclusões sejam imprecisas e abertas, a proposta é exatamente esta: levantá-las para a reflexão. Desta forma, este ensaio responde ao seu objetivo que é o de provocar outras discussões, de pautas que convergem com as Relações Públicas, mas que ainda precisam de reflexões ocorridas na academia.

Referências

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 2 de 27 de setembro de 2013**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, 2013.

_____. **Lei nº 5.377 de 11 de dezembro de 1967**. Disciplina a profissão de Relações Públicas 130 e dá outras providências. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, 1967.

BRACKMANN, Christian Puhlmann. **Pensamento Computacional Brasil**. 2020. Disponível em < <http://www.computacional.com.br/>> Acesso em 10 de outubro de 2020.

BRACKMANN, Christian Puhlmann. **Desenvolvimento do Pensamento Computacional através de atividades desplugadas no ensino básico**. Porto Alegre, 2017. Disponível em < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/172208> >

Boarini, Dulce Margareth. **O PLANEJAMENTO DA COMUNICAÇÃO ON-LINE: Como a velocidade no fluxo da informação altera a forma de planejar**. 2016. Dissertação(Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, [São Bernardo do Campo] .

DORNELLES, M. G.; SIMÕES, R.P. **O mercado oculto de Relações Públicas**. In: Relações Públicas: construindo relacionamentos estratégicos. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2012.

FRANÇA, R. S. et al. **A disseminação do pensamento computacional na educação básica: lições aprendidas com experiências de licenciandos em computação**. In: Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Computação, p. 1473- 1475, Brasília, 2014. Disponível em < <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/2715>>.

GROHS, Ana Cristina da Costa Piletti. **Laboratório de Relacionamentos Estratégicos, nova metodologia educacional para o ensino-aprendizagem das Relações Públicas**. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FERRARI, Maria Aparecida. **Perfil dos cursos de Relações Públicas no Brasil: uma visão dos coordenadores e docentes do processo ensino-aprendizagem**. Tese (livre-docência). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 2017.

GERALDES, Wendell Bento. **O Pensamento Computacional no ensino profissional e tecnológico**. In: Anais dos Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação, Brasília, 2017. Disponível em < <https://www.br-ie.org/pub/index.php/wcbie/article/view/7476>>

KONST, T. et al. **Pedagogia da Inovação: preparando instituições de ensino superior para os desafios futuros**. Tradução: Delingua Languages Services. Caxias do Sul. Educs, 2019.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O Curso de comunicação social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações públicas: função política**. São Paulo: Summus, 1995.

TAVARES, Marcelo de Barros. **O caráter educativo da práxis de Relações Públicas: uma leitura humanista da atividade**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS, 2018

VERGILI, Rafael. **Relações Públicas, mercado e redes sociais**. 2014. Disponível em em formato Kindle.